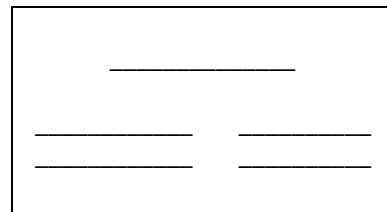




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 26/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 2/12/2020

Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho)
PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO
 JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
VEREADORES: PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
 LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE
 JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

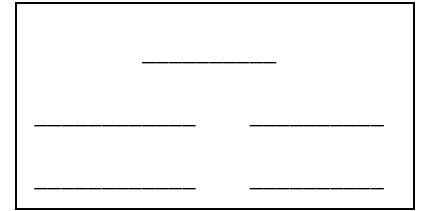
HORA DE ENCERRAMENTO: 18:30 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 26/11/2020

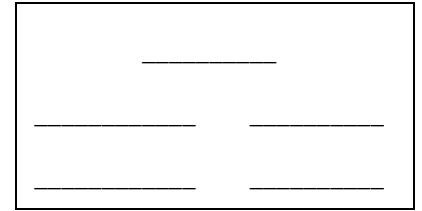
CAIXA	5.255,37 €
FUNDOS DE MANEIO	4.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 3 – JOSÉ LUIS CURTO BANHA	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 8 – LUISA MARIA BRAGA MOURO LAGARTO	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.900.664,11 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	530.310,57 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	1.856,02 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	4.540,42 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	1.199,60 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	330.164,84 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	277.560,80 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	265.781,98 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	42.118,64 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.905.919,48 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.785.590,12 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	120.329,36 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, que através do seu artigo 2.º alterou a artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2020, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião:

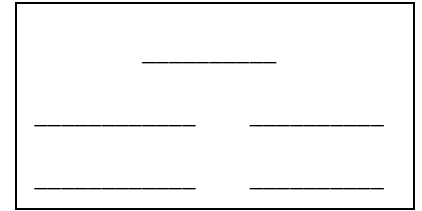
- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
- 2) Informação sobre a atividade da Câmara; -----
- 3) Conhecimento dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 4) Proposta de Ratificação da 26.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 5) Proposta de Ratificação da 17.ª Alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
- 6) Proposta de Ratificação da 17.ª Alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 7) Proposta de Aceitação de Mobilidade Interna na Categoria da Assistente Técnica Luísa da Conceição Banha Pires do Mapa de Pessoal do Município de Alvito; -----
- 8) Proposta de Atribuição de Despesas de Representação à Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual da Câmara Municipal de Viana do Alentejo; -----
- 9) Proposta de Ratificação do Despacho que autorizou a mobilidade do Técnico Superior Pedro de Sousa Andrade e Silva para o Município de Vidigueira; -----
- 10) Proposta de ratificação do Protocolo de colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação European Network of Places of Peace; -----
- 11) Proposta de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 12) Proposta de Renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 13) Proposta de fixação de preços de merchandising; -----
- 14) Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Município à Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Alcáçovas; -----
- 15) Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Município ao Reverendíssimo Padre Manuel Luís Sanches Manso; -----
- 16) Proposta de Aprovação do Auto de Medição n.º 3 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar; -----



- 17) Proposta de Aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Substituição Pontual de Conduta de Abastecimento de Água em Viana do Alentejo e Pavimentação de Rua e Travessas em Alcáçovas; -----
- 18) Proposta de declaração de caducidade do procedimento no âmbito do Processo n.º 153/17 cujo requerente é Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso; -----
- 19) Proposta de emissão de parecer favorável relativamente à localização de uma Central Fotovoltaica na Herdade dos Casões, em Aguiar; -----
- 20) Proposta de autorização de Constituição de Compropriedade no prédio denominado Quinta da Passarinha/Madalena na Freguesia de Alcáçovas; -----
- 21) Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); -----
- 22) Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS; -----
- 23) Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); -----
- 24) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de delegação no senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos compromissos plurianuais nas situações previstas no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), na atual redação; ---
- 25) Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais; -----
- 26) Proposta de Aprovação dos Documentos Previsionais - Grandes Opções do Plano 2021-2025 (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025; -----
- 27) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2021; -----
- 28) Proposta de não aceitação, em 2021, das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação); -----
- 29) Proposta de não aceitação, em 2021, das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde). -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia:

- O Senhor Presidente informou que até ao dia 31 de dezembro está a decorrer, no concelho de Viana do Alentejo, a campanha “Natal Solidário – Compre no Comércio Local”, numa parceria entre o Município de Viana do Alentejo e a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo Central. Nesta nova campanha de Natal, o número de prémios foi alargado para 10 (na campanha anterior, “Compre no Comércio Local – Vales Solidários” eram 5 por sorteio), desde os 50,00€ para o 10.º prémio aos 300,00€ para o 1.º, num investimento total de 3.300,00€, distribuídos por três sorteios, que se irão realizar nos dias 3 e 17 de dezembro e 6 de janeiro de 2021, podendo o valor dos prémios ser utilizado até ao dia 30 de



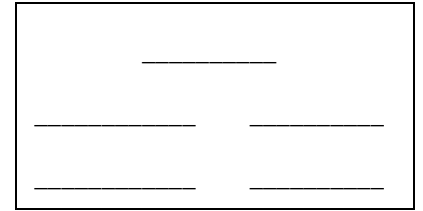
janeiro, nos 80 estabelecimentos aderentes. O Senhor Presidente recordou que esta nova campanha surge no âmbito da iniciativa de dinamização do comércio local que incluiu também a campanha “Compre no Comércio Local – Vales Solidários”, que decorreu nos meses de agosto, setembro e outubro, com o intuito de ajudar a revitalizar a economia, estimulando os hábitos de consumo locais, nesta altura, particularmente difícil, devido à pandemia. Portanto, até ao dia 31 de dezembro, por cada 10,00€ em compras, cada cliente recebe um cupão que o habilita aos sorteios, agora de forma ainda mais fácil (nesta edição, não é necessário o preenchimento do cupão). Para mais informações, as normas podem ser consultas no site do Município, através do link :-----

https://www.cm-vianadoalentejo.pt/wp-content/uploads/2020/11/normas_campanhanataalsolidario.pdf.

- O Senhor Presidente informou que o Município concluiu a primeira fase do reforço da rede de incêndios concelhia, no âmbito do trabalho de planeamento e prevenção das forças de proteção civil locais. Esta primeira operação incidiu no reforço estratégico de quatro pontos de abastecimento rápido, de modo a responder de forma eficaz em caso de necessidade de intervenção. Esta ação visa continuar a dotar o concelho com os meios de segunda intervenção adequados a cada uma das freguesias. -----

- O Senhor Presidente informou que a AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, da qual o Município de Viana do Alentejo é sócio fundador, cumprindo o objetivo para que foi criada, irá realizar um conjunto de ações com vista a estruturar o produto Rota da Estrada Nacional 2 e os territórios trespassados por esta mítica estrada. Numa sociedade com necessidade de serviços de maior qualidade, é essencial para este projeto que se crie e se capacite uma Rede de agentes capaz de responder às exigências dos diversos públicos, promovendo um turismo de experiência, de tradição e inovação, de qualidade e sustentabilidade, promovendo e valorizando as diferenciações positivas que esta Rota acrescenta ao turismo nacional, transformando-o no maior projeto de coesão territorial em Portugal. Assim, todos os estabelecimentos (alojamento, restauração, farmácias, oficinas, postos de combustíveis, empresas de animação turística, agências de viagem, entre outros) que se encontram ao longo dos 35 concelhos atravessados pela mítica EN2 foram desafiados a fazer parte desta Rede de Agentes. Os agentes interessados em integrar esta rede deverão fazer o seu registo através deste link <https://certificacao.rotan2.pt/>. A inscrição na plataforma é gratuita, bem como a capacitação de agentes, mas a inscrição terá um processo de avaliação por parte da empresa responsável, a Biosphere Portugal. –

- O Senhor Presidente informou que as atividades da pausa letiva do Natal, promovidas pelo Município de Viana do Alentejo, não vão realizar-se presencialmente, devido à pandemia da Covid-19. Deste modo, tal como no verão, com o Programa de Tempos Livres Summer, as atividades da pausa letiva do Natal vão ser desenvolvidas em formato online. Para as crianças dos 6 aos 13 anos, o Município preparou um género de programa televisivo, intitulado “Fábrica do Natal online”, que engloba um conjunto de atividades para



preencher as férias, que vão desde trabalhos manuais a contos de natal, passando ainda pela culinária e pelo desporto. O Senhor Presidente recordou que o programa visa o desenvolvimento de atividades de carácter lúdico e desportivo, de modo a ocupar, de forma saudável, os tempos livres dos mais novos. -----

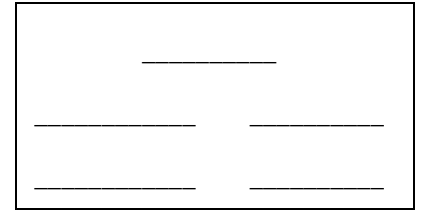
- O Senhor Presidente, no seguimento de anteriores comunicações que o Executivo Municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia Covid-19”, fez o ponto de situação, sublinhando particularmente a situação do Concelho de Viana do Alentejo. Recordou que no dia 22 de maio foi detetado o primeiro caso positivo Covid-19 no Concelho, tendo as situações sido coordenadas pela autoridade de saúde, de acordo com os protocolos e medidas adequadas à ocorrência. -----

Sobre os dados divulgados pelo Município, o Senhor Presidente recordou que importa salientar o facto de, não sendo possível à Câmara Municipal atualizar e verificar a veracidade da informação proveniente das diversas fontes, é comunicada a informação que chega das entidades oficiais, isto porque tem chegado informação “não oficial” sobre casos Covid-19 positivos que, mais tarde, se constata não corresponder à realidade. Informou ainda que o Município não recebe a identificação das pessoas, apenas o número de casos positivos acumulado, o número de recuperados e o número de óbitos. -----

Pela falta de informação e pelos atrasos, já algumas vezes verificados, foram solicitados esclarecimentos às entidades oficiais. -----

Sobre o segundo caso positivo de Covid-19 de trabalhadora do Município, do qual se teve conhecimento no dia 18 de novembro, o Senhor Presidente informou que o Município pôs em prática o seu Plano de Contingência, tendo igualmente seguido os protocolos recomendados pelas Autoridades de Saúde, nomeadamente o isolamento profilático dos seus trabalhadores e a desinfeção/higienização das instalações. De modo a evitar riscos de contágio, o rastreio aos cerca de 40 trabalhadores, realizou-se no dia 23 de novembro, tendo os resultados sido negativos. Reforçou que esta informação permite ao Município, para além de tranquilizar trabalhadores e população, continuar a desenvolver o seu trabalho. -

Relativamente às medidas nacionais no âmbito do combate à pandemia da Covid-19, informou que após reunião do Conselho de Ministros, no dia 21 de novembro, foram decididas outras, que entraram em vigor, com o novo Estado de Emergência, em 24 de novembro, e vigorarão até às 23h59 do dia 8 de dezembro. Entre as novas medidas, destacou a criação de quatro níveis de gravidade (moderado, elevado, muito elevado e extremamente elevado), tendo em conta o número de casos por cada 100.000 habitantes nos últimos 14 dias. O concelho de Viana do Alentejo ficou incluído no segundo nível de gravidade (elevado), cujo critério vai de 240 a 479 casos por cada 100.000 habitantes. Assim, o nosso Concelho ficou liberto da restrição do recolhimento obrigatório aos fins-de-semana, entre as 13h e as 8h (a partir de 24 de novembro), permanecendo ainda ativas algumas obrigações, nomeadamente: -----



- Proibição de circulação na via pública entre as 23h e as 05h em dias úteis; -----
- Encerramento de estabelecimentos comerciais às 22h; -----
- Encerramento de restaurantes e equipamentos culturais às 22h30. -----

O Senhor Presidente voltou a apelar à responsabilidade de cada um, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da DGS, nomeadamente: manter o distanciamento social, usar máscara, lavar/desinfetar as mãos, evitar ajuntamentos e evitar festas. -----

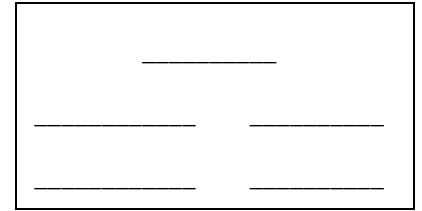
O Município continuará, como até aqui, a acompanhar a situação, articulando as suas ações com as diversas entidades locais, regionais e nacionais, nomeadamente da área da Proteção Civil, da Segurança Social e da Saúde, entre outras, tomando todas as medidas que entender mais adequadas em benefício de todos os munícipes, particularmente dos mais afetados e fragilizados pela crise que enfrentamos. -----

O Senhor Presidente recordou que continuam a ser utilizados todos os canais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que vai havendo conhecimento, dirigida a toda a população, quer às Famílias, quer às Empresas e a outras Entidades. O Município pretende ser um “interface agregador” da comunicação das ofertas de serviços e apoios sociais, o mais abrangente possível. Dirigiu ainda uma última palavra para todos os munícipes que estão confinados, quer por estarem positivos, quer por terem alguém positivo na família. Como se sabe, o Município distribuiu um folheto porta-a-porta com os contactos de todos os tipos de apoio existentes no Concelho. No caso de Aguiar e Viana do Alentejo, os Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo disponibilizaram-se para prestar apoio aos munícipes que necessitem e o solicitem. Em Alcáçovas, é a Junta de freguesia e a Delegação da Cruz Vermelha. Caso considerem necessário o apoio do Município, solicitou que contactem. -----

Neste contexto o Vereador Luis Miguel questionou sobre os horários de trabalho que estão a ser praticados no Município, nomeadamente quantas pessoas estão em teletrabalho ou quantos trabalhadores estão a praticar horários “desencontrados”, para evitar a concentração de grande número de trabalhadores nos serviços. -----

O Sr. Presidente respondeu que em relação aos horários praticados pelos trabalhadores, não dispõe desses dados, uma vez que quer os trabalhadores que estão em teletrabalho, quer os que se encontram na modalidade de jornada contínua para não haver concentração de trabalhadores nos serviços, coordenaram essas questões com os respetivos Chefes de Divisão. No caso dos trabalhadores que estão afetos ao Estaleiro Municipal, foi decidido superiormente estabelecer dois grupos de trabalho com os seguintes horários: -----

- Das 8:00 horas às 14:00 horas; -----
- Das 10:00 horas às 16:00 horas. -----



O Serviço de Pessoal vai fazer o ponto de situação com os Chefes de Divisão, para informar o Senhor Vereador.-----

O Senhor Presidente acrescentou ainda que as medidas adotadas se revelaram eficazes, uma vez que não houve propagação do vírus aos restantes trabalhadores. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel questionou ainda sobre a pavimentação dos Largo dos Isentos em Viana do Alentejo e as ruas da mesma vila que se encontram em muito mau estado. -----

Em relação a este assunto o Senhor Presidente referiu que o Município fez 7 quilómetros de requalificação de pavimentos desde 2013, não tendo sido possível fazer mais. Houve pavimentações em todas as freguesias e embora não sendo o que gostaria, vai-se, fazendo o que é possível. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel respondeu que quilómetros podem representar pouco ou muito consoante a extensão das ruas do concelho. -----

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo respondeu que os 7 quilómetros se referem a calçadas, e não incluem a pavimentação com betuminosos. -----

O Senhor Presidente referiu que achava que o Senhor Vereador Luís Miguel tinha percebido que os 7 quilómetros se referiam às calçadas. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel referiu que as calçadas, depois da intervenção que foi feita, ficaram em boas condições. Disse que estava a referir-se aos betuminosos. -----

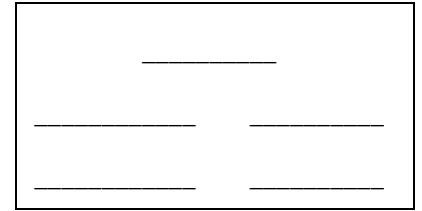
O Senhor Presidente referiu que as calçadas também são um tipo de pavimentação e que se vai fazer um levantamento dos metros de betuminoso que foram feitos. -----

O Senhor Presidente referiu que o anterior executivo não fez qualquer intervenção a nível das calçadas. – Neste contexto, o Senhor Vereador Luís Miguel referiu que este executivo não se pode continuar a desculpar com o que não foi feito pelo anterior executivo. Acrescentou que o trabalho feito no Centro Histórico foi bem feito, e que a sua intervenção se referia aos betuminosos. -----

O Senhor Vereador João Pereira referiu que atualmente há ferramentas informáticas que permitem elucidar sobre o que efetivamente foi feito, a fim de não se poder iludir as pessoas, apenas com palavras. Disse que há ruas que precisam de intervenção, estando sinalizadas para futuros investimentos, como por exemplo o Bairro dos Barrancões em Alcáçovas. -----

O Vereador Luís Miguel referiu que a questão foi colocada no sentido de saber quantos quilómetros de ruas há no concelho para aferir se as ruas que foram arranjadas representam grande parte do total ou apenas uma pequena parte. Disse que falou dos betuminosos, porque ultimamente tem havido aplicação de betuminosos com frequência, o que revela que foram estabelecidas prioridades. -----

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo, em relação ao Largo dos Isentos, referiu que devido à central de massas quentes continuar “parada”, foram aplicadas massas frias para poder ser aberto o local à circulação.



Contudo- acrescentou- que assim que seja possível serão aplicadas massas quentes nesse local e noutros na mesma situação. Disse ainda o Senhor Vereador Paulo que os trabalhos foram todos realizados por administração direta. -----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos: -----

Ponto um) A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Informação sobre a atividade da Câmara - O Senhor Presidente informou no dia 20 de novembro teve lugar o briefing semanal, entre o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Covid-19, onde é efetuado um ponto da situação epidemiológica, por via da informação disponibilizada através do CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, troca de informações entre as várias entidades participantes, ocorrência mais relevantes e planeamento de trabalhos. -----

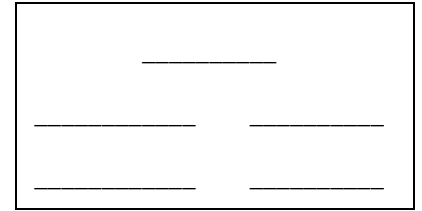
Também no dia 20 de novembro, o Senhor Presidente participou numa reunião da Assembleia Geral da AMREN2 – Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, por videoconferência. -----

No dia 24 de novembro, o senhor Presidente participou na reunião mensal do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, com recurso a videoconferência. -----

No dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo promoveu a campanha “Em Tempos de Pandemia Denuncie”, em conjunto com as várias entidades que integram a RILVA – Rede de Intervenção Local de Combate à Violência Doméstica do Concelho de Viana do Alentejo. A RILVA associou-se a este dia, alertando para a importância da eliminação de qualquer forma de violência exercida contra as mulheres, em particular, a Violência Doméstica. De referir que, neste âmbito, o Município divulgou vários cartazes informativos e de sensibilização na sua página Facebook. -----

No dia 26 de novembro reuniu o Conselho Municipal de Educação de Viana do Alentejo, com recurso a videoconferência. -----

Também no dia 26 de novembro o Senhor Presidente participou na reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil de Évora, com recurso a videoconferência. Recordou que fazem parte desta Comissão três Presidentes de Câmaras Municipais designados pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que um deles a preside; o Comandante do Comando Distrital de Operações e Socorro de Évora; um representante de cada ministério, designado pelo respetivo Ministro; os responsáveis máximos das forças e serviços de segurança existentes no distrito (GNR – Guarda Nacional Republicana e PSP – Polícia de Segurança Pública); um representante do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica;



um representante da Liga de Bombeiros Portugueses e um representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Tendo em conta os riscos existentes, relacionados com a Covid-19, o Presidente desta Comissão considerou fundamental a participação de todos os presidentes das câmaras municipais do distrito de Évora. De entre os vários assuntos abordados, destacou-se o ponto de situação da pandemia no distrito. -----

No dia 27 de novembro, o senhor Presidente e o senhor Vice-Presidente participaram numa reunião da Assembleia Intermunicipal da ATLA – Associação Transfronteiriça dos Municípios do Lago Alqueva, por videoconferência. -----

No dia 30 de novembro, o senhor Presidente participou numa reunião da Assembleia Intermunicipal da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, por videoconferência. ----

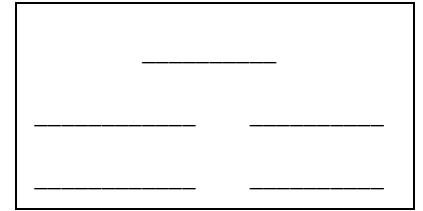
A APF - Associação para o Planeamento da Família, em parceria com a Terras Dentro – CLDS4G de Viana do Alentejo (Contrato Local de Desenvolvimento Social), dinamizou hoje, dia 2 de dezembro, a ação de sensibilização com o tema “Tráfico de Seres Humanos”, através da plataforma ZOOM. -----

No dia 27 de novembro assinalou-se o sexto aniversário da classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.-----

No dia 1 de dezembro assinalou-se o quinto aniversário da inscrição do Fabrico de Chocalhos na lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente da UNESCO. Em nome do Executivo Municipal, o senhor Presidente felicitou o Cante Alentejano e o Fabrico de Chocalhos. Felicitou, por isso, todos aqueles que mantêm vivas estas tradições e manifestações culturais identitárias do nosso território e das nossas gentes. No caso do Cante Alentejano, o senhor Presidente felicitou desde logo os Cantadores e as Cantadeiras, os ensaiadores, os responsáveis das associações e todos aqueles que, de alguma forma, mantêm vivo o Cante Alentejano. Felicitou ainda, no caso do Fabrico de Chocalhos, os Mestres Chocalheiros e Esquilaneiros, ou seja, os detentores desta arte secular, bem como os aprendizes e todos aqueles que contribuem para a sua salvaguarda e continuidade. -----

Sobre a inscrição do Cante Alentejano, o sr. Presidente recordou que, até chegar a esta distinção, houve um longo caminho trilhado por muitos, incluindo o Município de Viana do Alentejo que, em 2012, para além de acolher o XIV Encontro da MODA – Associação do Cante Alentejano, que juntou, no Cineteatro Vianense, 35 grupos corais, patrocinou ainda o livro “Os grupos corais, o cante alentejano e a sua salvaguarda”, editado pela associação. -----

Em 2013, numa altura em que se registava uma forte mobilização em torno do Cante Alentejano, o Município entendeu reconhecer a sua importância, classificando-o como Património de Interesse Municipal. Uma importância que vai muito além da sua natureza cultural, manifestando-se também a nível social, juntando gerações em torno de uma marca identitária, característica do nosso Alentejo. -----



A distinção da UNESCO foi o ponto de partida para a retoma das atividades de Cante Alentejano junto dos mais novos e, conseqüentemente, para a criação de grupos infantis e juvenis. -----

No concelho de Viana do Alentejo são nove os grupos que entoam modas antigas, mas tão atuais, trauteadas por “miúdos e graúdos”: o Grupo Coral de Aguiar, que voltou ao ativo após vários anos sem atividade, o Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo, o Grupo Coral e Etnográficos de Viana do Alentejo, o Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo, o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, o Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” de Alcáçovas, o Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante” de Alcáçovas e o Grupo Coral Juvenil dos Trabalhadores de Alcáçovas, com as vozes mais jovens.

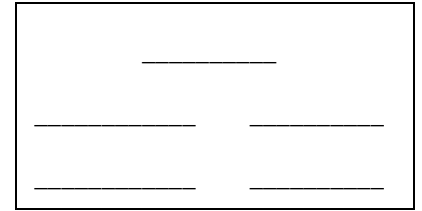
Ciente da importância que os grupos corais têm no Concelho e na promoção do mesmo, o Município de Viana continua a apoiar a atividade com os meios necessários para que a sua continuidade não seja comprometida. -----

Sobre o Fabrico de Chocalhos, o sr. Presidente lembrou que a candidatura foi coordenada pelo antropólogo Paulo Lima, em colaboração com uma equipa da qual faziam parte, entre outros, a historiadora Ana Pagará, o fotógrafo Augusto Brázio e o realizador David Mira, tendo esta mesma candidatura sido liderada pela ERTAR – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, com a colaboração da Câmara Municipal de Viana do Alentejo e da Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

Ciente da importância desta manifestação cultural, o sr. Presidente recordou que o Município tem patente ao público, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, uma exposição permanente dedicado ao Fabrico de Chocalhos. Uma exposição que constitui um veículo de divulgação, conservação e valorização do Fabrico de Chocalhos e dos seus Mestres. A exposição, que ocupa o 1.º piso do edifício, está dividida em três partes: a primeira sala é dedicada ao Fabrico de Chocalhos, a segunda à paisagem sonora e sensorial que os chocalhos produzem, e a terceira sala, aos Mestres Chocalheiros. Esta exposição permanente contempla ainda outras três salas dedicadas ao conjunto artístico-arquitetónico, ao património e à memória oral, onde o visitante é convidado a depositar uma história biográfica. -----

No rés-do-chão do Paço dos Henriques, na sala das exposições temporárias, continua patente ao público a exposição “100 Chocalhos de Excelência, Gente Excelente”, com 100 chocalhos assinados por personalidades nacionais com uma dedicatória ao Alentejo. -----

O senhor Presidente recordou ainda que em 2016, por ocasião das comemorações da Restauração do Concelho, o Município de Viana prestou homenagem aos chocalheiros e esquilaneiros da freguesia de Alcáçovas – Franklim Sim Sim, João Chibeles Penetra, Gregório Sim Sim, Joaquim Vidazinha Sim Sim, José Reis Maia, Francisca Maia, Rodrigo Sim Sim, Guilherme Maia e Francisco Cardoso – com a atribuição da Medalha de Honra do Município. -----



Para assinalar este quinto aniversário, o Município promove um conjunto de ações para a valorização deste património. Ao longo do mês de dezembro vão decorrer algumas iniciativas com o objetivo de valorizar e promover a Arte Chocalheira e os seus Mestres, tendo em vista a transmissão de uma herança cultural e de uma tradição enraizada na freguesia de Alcáçovas. As primeiras ações decorreram no dia 1 de dezembro, com transmissão em direto no Facebook do Município, do workshop “Arte de fazer chocalhos”, da Fábrica Chocalhos Pardalinho. Foi ainda publicado nas redes sociais do Município, o filme oficial da candidatura do Fabrico de Chocalhos, realizado por David Mira. -----

No dia 17 de dezembro será lançado no Facebook do Município o documentário “GPS – Arte Chocalheira de Alcáçovas”, da autoria do jornalista Luís Godinho, produzido por Luís de Matos e com imagem de Rui Fernandes, dedicado a esta manifestação cultural. -----

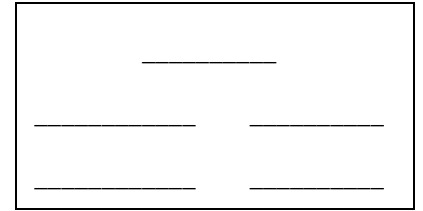
Sobre o Fabrico de Chocalhos, o senhor Presidente concluiu referindo que foi emanada uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, que aprova o Programa “Saber-Fazer”, o qual “estabelece uma estratégia nacional para o Saber-Fazer, definindo as medidas para a salvaguarda, o reconhecimento e o desenvolvimento sustentável da produção artesanal, como forma de afirmação da marca identitária dos territórios e do País. Trata-se de um programa que valoriza o Saber-Fazer como um património cultural único, à luz dos desafios e exigências atuais”, e na qual o Fabrico de Chocalhos é contemplado. Concluiu referindo que o Município tem apoiado e continuará a apoiar sempre esta manifestação cultural através de várias e diversificadas formas, das quais, entre outras, destacou: a edição de um livro infantil, apoiando a participação em programas de televisão, jornais, revistas e patrocinando eventos de âmbito local, regional e nacional. -----

Ponto três) Conhecimento dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto quatro) Proposta de Ratificação da 26.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa; - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 26.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, aprovada por despacho do senhor Presidente em 18 de novembro de 2020. -----

Ponto cinco) Proposta de Ratificação da 17.ª Alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais; - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 17.ª Alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais, aprovada por despacho do senhor Presidente em 18 de novembro de 2020. -----

Ponto seis) Proposta de Ratificação da 17.ª Alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos;



Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 17.ª Alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos, aprovada por despacho do senhor Presidente em 18 de novembro de 2020. -----

Ponto sete) Proposta de Aceitação de Mobilidade Interna na Categoria da Assistente Técnica Luísa da Conceição Banha Pires do Mapa de Pessoal do Município de Alvito – O Senhor Vereador João António

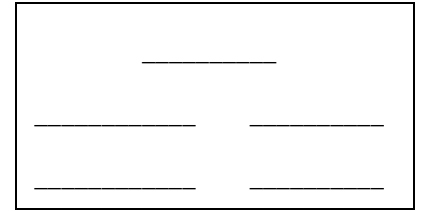
Merca Pereira, no uso da competência que lhe foi delegada por despacho do Senhor Presidente da Câmara exarado a dezoito de outubro de 2017 propôs que o Município de Viana do Alentejo receba a Assistente Técnica Luísa da Conceição Banha Pires, pertencente ao Mapa de Pessoal do Município de Alvito, na situação de mobilidade interna na categoria. -----

O interesse público do Município de Viana do Alentejo, nesta situação de mobilidade fundamenta-se no seguinte: no dia 1 de agosto de 2020, aposentou-se o Assistente Técnico Francisco António Dias Cardoso. Na sequência desta aposentação foi aberto Procedimento Concursal Comum para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Técnico com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Contudo, sabendo que o procedimento concursal comum é um processo mais moroso, principalmente porque foram recebidas e admitidas mais de 100 candidaturas, e face à necessidade que já se vinha sentindo de preenchimento de outro posto de trabalho de Assistente Técnico, foi publicitado o procedimento de seleção de um posto de trabalho de Assistente Técnico com recurso à mobilidade na categoria entre órgãos ou serviços. Este procedimento foi rápido, dado que apenas foi recebida e admitida uma única candidatura. Da parte do Município de Alvito não se levantam objeções à mobilidade da Assistente Técnica em causa, conforme ofício recebido. O Mapa de Pessoal do Município de Viana do Alentejo para 2020, prevê a ocupação do posto de trabalho em causa, em situação de mobilidade. Assim, atendendo aos objetivos de economia, eficácia e eficiência que devem presidir às decisões dos Organismos, considera-se estar acautelado o interesse público nesta situação de mobilidade. Nos termos do n.º 1 do artigo 92.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, foi proposto que seja autorizada a situação de mobilidade acima referida a partir de 2 de dezembro 2020 com duração máxima até 31 de maio de 2022.-----

Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto oito) Proposta de Atribuição de Despesas de Representação à Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual da Câmara Municipal de Viana do Alentejo – Foi aprovada por unanimidade a

proposta do Senhor Vereador João Pereira, para atribuição de Despesas de Representação à Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a atribuição de despesas de representação aos



titulares de cargos dirigentes de 1.º e 2.º grau é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

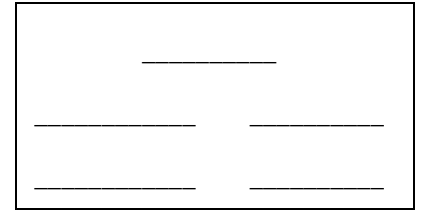
Assim, nos termos da disposição legal supra indicada, submete-se à Câmara Municipal a proposta de submissão à Assembleia Municipal da atribuição de despesas de representação à Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual da Câmara Municipal a nomear, em regime de substituição, com efeitos a partir do próximo dia 2 de dezembro de 2020 – Maria João Pereira e Pereira, por motivo da cessação da Comissão de Serviço do Técnico Superior Rodolfo Francisco de Assis Machado, no dia 1 de dezembro de 2020, a pedido do mesmo. A dirigente em causa é Técnica Superior (Arquitetura) do Mapa de Pessoal do Município de Viana do Alentejo. -----

Ponto nove) Proposta de Ratificação do Despacho que autorizou a mobilidade do Técnico Superior Pedro de Sousa Andrade e Silva para o Município da Vidigueira – A Câmara ratificou com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz a proposta do senhor Vereador João Pereira que autorizou a mobilidade do Técnico Superior Pedro de Sousa Andrade e Silva para o Município da Vidigueira, pelo período de um ano. -----

Atendendo à necessidade de responder ao Município de Vidigueira, em tempo útil, ou seja, antes da data pretendida para o início da situação de mobilidade que produziu efeitos desde o dia 23 de novembro foi necessária a respetiva autorização por despacho do senhor Vereador João Pereira em 20 de novembro de 2020. -----

O Vereador José Filipe referiu que acha estranho a saída de dois arquitetos do Mapa de Pessoal do Município, quando há tanta necessidade de Técnicos Superiores com licenciatura em Arquitetura. Se há dois anos tínhamos quatro pessoas licenciadas em Arquitetura e foi necessário vir mais um, devido ao número de processos de Administração Urbanística e à complexidade dos mesmos, como é que agora deixamos sair dois Arquitetos? Será que os processos de licenciamento já estão reorganizados e já não há necessidade destes Técnicos Superiores ou houve redução do número de processos? -----

O Senhor Vereador João Pereira começou por dizer que ia informar de “forma oficial”, respondendo que o Arquiteto Rodolfo Machado e o Arquiteto Pedro não estavam afetos ao serviço de licenciamento e que têm sido as Arquitetas Maria João Pereira e Maria Inês Núncio Pereira a assegurar o serviço de licenciamento. Acrescentou ainda que o Município nunca se opôs à saída de trabalhadores e que a Arquiteta Mara Marques, que tem estado afeta ao serviço da Ambiente, ainda nunca fez licenciamento. Disse ainda que a Câmara está a recrutar uma pessoa que possui formação na área de Ambiente e que a Arquiteta Mara vai ficar, agora sim, no licenciamento com a Arquiteta Maria Inês Pereira, mantendo-se assim duas pessoas no serviço de licenciamento, tal como já vinha acontecendo. Acrescentou que houve



alturas em que só tínhamos uma pessoa afeta a este serviço e que as funções que o Arquiteto Pedro estava a exercer irão ser distribuídas pelas duas Arquitetas. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel acrescentou que a Câmara chegou a ter seis arquitetos concluindo que afinal é possível que os serviços funcionem com menos pessoas. -----

O Senhor Vereador João Pereira voltou a referir que o Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual - DAUP não faz licenciamento e que já tivemos uma Chefe de Divisão que não era Arquiteta, era jurista, acrescentou que ultimamente o Chefe da DAUP, sendo Arquiteto, também não fazia licenciamento.

Ponto dez) Proposta de ratificação do Protocolo de colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação European Network of Places of Peace – A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de

ratificação do Protocolo de colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação European Network of Places of Peace – ENPP que tem por objeto estabelecer e articular a colaboração entre estas duas entidades para efeitos de organização e submissão da candidatura à Marca do Património Europeu, a ser atribuída ao Paço dos Henriques, na categoria de “sitio transnacional” sob a designação comum de “Places of Peace”, a qual será submetida em Portugal para o período de seleção de 2021. -----

Esta Associação tem sede em Évoramonte e dela fazem parte países com sítios onde foram assinados Tratados de Paz. Já tivemos um protocolo com a Associação há alguns anos, e teve lugar no Paço dos Henriques um encontro de todos os países. Pretende-se que o Paço dos Henriques e, conseqüentemente o nosso concelho, façam parte do circuito internacional de sítios da Paz. -----

Ponto onze) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade, atribuir o Cartão Social do Reformado Pensionista e Idoso, ao munícipe João Manuel Rebocho Pinto. -----

Ponto doze) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade renovar o Cartão Social do Reformado Pensionista e Idoso, Dos seguintes munícipes: -----

--Alcáçovas : -----

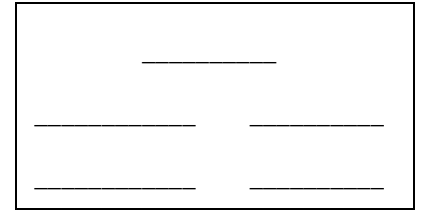
- Edmundo Carvalho Boleto; -----

--Viana do Alentejo: -----

- Gertrudes Custódia Rosa Banha; -----

--Aguiar: -----

- Laura d’Assunção Bravo. -----



Ponto treze) Proposta de fixação de preços de merchandising – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz, aprovar a fixação de preços dos artigos de “merchandising” a comercializar nos Postos de Turismo do Concelho. Assim, os artigos para venda à consignação nos Postos de Turismo no Castelo de Viana e no Paço dos Henriques, terão os preços a seguir mencionados que incluem IVA: -----

- Chocalho Porta Chaves “Alcáçovas” – 5,00 € -----
- Chocalho Porta Chaves “N2 /Km 551” – 5,00 € -----
- Magnético Mascote “Ovelha com Chocalho” – 5,00 € -----
- Magnético Mascote “Burro com Chocalho” – 5,00 € -----
- Magnético Mascote “Vaca com Chocalho” – 5,00 € -----

Artigos a adquirir pelo Município para venda nos Postos de Turismo no Castelo de Viana do Alentejo e no Paço dos Henriques isentos de IVA ao abrigo do artigo 53.º, aos quais cumpre ao Município acrescentar o IVA de acordo com as indicações do serviço de contabilidade): -----

- Íman de barro – “Alguidar” adquirido por 2,00 €, o valor de venda será de 2,50 € -----
- Íman de barro – “Santuário” adquirido por 5,00 €, o valor de venda será de 6,20 € -----
- Íman de barro – “Panela” adquirido por 2,00 €, o valor de venda será de 2,50 € -----
- Íman de barro – “Marco N2” adquirido por 2,00 €, o valor de venda será de 2,50 € -----

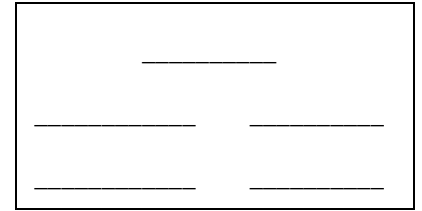
Artigos adquiridos e vendidos com IVA incluído: -----

- Bordado – “Marco N2” adquirido por 1,85 €, o valor de venda é de 2,00 € -----
- Íman “Chocalho N2 / KM 551 adquirido por 3,00 € / unid., o valor de venda é de 4,00 €. -----

No caso do íman “chocalho” ao valor de aquisição dos chocalhos (3,00€/ unid.) acrescem os custos de aquisição de íman e gravação a laser do logotipo N”/ KM 551. -----

Artigos de Bijuteria Sustentável com motivos embrechados e património material do Concelho a adquirir pelo Município para venda nos Postos de Turismo no Castelo de Viana e Paço dos Henriques (tanto o valor de aquisição como o valor de venda incluem IVA): -----

- Brincos Gancho em Prata 1 peça adquiridos por 10,00 €, o valor de venda é de 10,00 € -----
- Brincos Gancho em Prata 2 peças adquiridos por 12,00 €, o valor de venda é de 12,00 € -----
- Pregadeira (n.º 3) adquirida por 15,00 €, o valor de venda é 15,00 € -----
- Pregadeira (n.º 4) adquirida por 18,00 €, o valor de venda é 18,00 € -----
- Pulseira (n.º 1) adquirida por 12,00 €, o valor de venda é 12,00 € -----
- Pulseira (n.º 3) adquirida por 15,00 €, o valor de venda é 15,00 € -----
- Colar MNAz (n.º 1) adquirido por 18,00 €, o valor de venda é 18,00 € -----



- Colar MNAz (n.º 3) adquirido por 22,00 €, o valor de venda é 22,00 € -----
- Colar MNAz (n.º 5) adquirido por 27,00 €, o valor de venda é 27,00 € -----
- Íman IDICT Marco N2 adquirido por 5,00 €, o valor de venda é 5,00 € -----
- Pin IDICT Marco N2 adquirido por 3,00 €, o valor de venda é 3,00 € -----

Ponto catorze) Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Município à Delegação da Cruz Vermelha

Portuguesa em Alcáçovas – Nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município à Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Alcáçovas. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte aprovou a proposta mas questionou: “se a Cruz Vermelha vem fazendo um trabalho louvável há 8 anos, porque motivo só agora foi atribuída, dado que outras instituições e associações com 3 ou 4 anos já receberam esta distinção?” -----

O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Luis Miguel Duarte quem foram as Associações distinguidas com 3 ou 4 anos, tendo este respondido que naquele momento não estava preparado para responder uma vez que não tinha esse trabalho com ele. -----

O Senhor Presidente confirmou que de facto a Cruz Vermelha vem fazendo um trabalho louvável e disse que não percebeu a questão uma vez que os Vereadores da oposição também podem propor a atribuição de medalhas e não apresentaram qualquer proposta. Acrescentou que a questão da antiguidade não é o principal requisito embora de facto isso seja levado em linha de conta. -----

Nos termos do artigo 9.º do respetivo Regulamento, será solicitada à Assembleia Municipal a necessária autorização para esta atribuição. -----

Ponto quinze) Proposta de Atribuição da Medalha de Honra do Município ao Reverendíssimo Padre

Manuel Luís Sanches Manso - Nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município ao Reverendíssimo Padre Manuel Luís Sanches Manso. -----

Nos termos do artigo 9.º do respetivo regulamento, será solicitada à Assembleia Municipal a necessária autorização para esta atribuição. -----

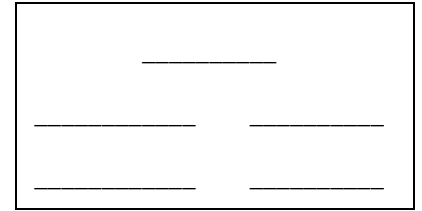
Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 3 relativo à Empreitada de Construção

do Centro Social de Aguiar – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de medição n.º 3 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar, no montante de 26 312,50 € (vinte e seis mil trezentos e doze euros e cinquenta cêntimos). -----

Ponto dezassete) Proposta de Aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Substituição

Pontual de Conduta de Abastecimento de Água em Viana do Alentejo e Pavimentação de Rua e Travessas

em Alcáçovas – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de



Substituição Pontual de Condução de Abastecimento de Água em Viana do Alentejo e Pavimentação de Rua e Travessas em Alcáçovas, no montante de 81 710, 70 € (oitenta e um mil setecentos e dez euros e setenta cêntimos). -----

Ponto dezoito) Proposta de Declaração de caducidade do procedimento no âmbito do Processo n.º 153/17 cujo requerente é Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz foi aprovada a proposta da Divisão de Administração Urbanística e Processual para declarar a caducidade do procedimento no âmbito do Processo n.º 153/17, cujo requerente é Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso. -----

Ponto dezanove) Proposta de emissão de parecer favorável relativamente à localização de uma Central Fotovoltaica na Herdade dos Casões, em Aguiar – Nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável relativamente à localização de uma central Fotovoltaica na Herdade dos Casões, em Aguiar. -----

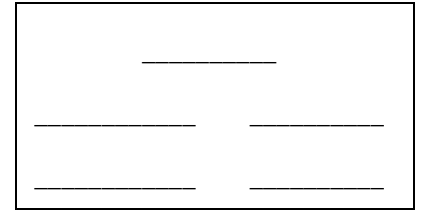
Ponto vinte) Proposta de autorização de Constituição de Compropriedade no prédio denominado Quinta da Passarinha / Madalena na Freguesia de Alcáçovas - Nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou por unanimidade autorizar a constituição de compropriedade no prédio denominado Quinta da Passarinha / Madalena na Freguesia de Alcáçovas cujas requerentes são Maria da Conceição Santos da Cruz Caldeira e Susana da Cruz Caldeira. -----

Ponto vinte e um) Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis – Nos termos da proposta apresentada pelo Senhor Presidente foi aprovada por unanimidade a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): -----

- 1) Manutenção da taxa anteriormente aplicada aos Prédios Urbanos - 0,3%; -----
- 2) Fixação das deduções máximas previstas no n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI, em função do número de dependentes a cargo: -----
 - a) Um dependente a cargo – dedução fixa de 20 €; -----
 - b) Dois dependentes a cargo – dedução fixa de 40 €; -----
 - c) Três ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de 70 €. -----
- 3) Majoração de 30 % da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados indicados pelos Serviços Técnicos, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º-A do Código do IMI. -----

O Senhor Presidente referiu que neste ponto pouco há a dizer uma vez que a proposta da taxa aplicar é a taxa mínima e os descontos no máximo. -----

O Senhor Vereador José Filipe perguntou se a taxa de 0,45% dizia respeito aos prédios devolutos/degradados, tendo o Senhor Presidente esclarecido que os 0,45% dizem respeito à taxa máxima sendo os devolutos/degradados “agravados” em 30%. -----



Ponto vinte e dois) Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS – Foi apresentada pelo Senhor Presidente a proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste Município, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro; 69/2015, de 16 de julho; 132/2015, de 4 de setembro; 7-A/2016, de 30 de março; 42/2016, de 28 de dezembro; 114/2017, de 29 de dezembro; 51/2018, de 16 de agosto; 71/2018, de 31 de dezembro; 2/2020, de 31 de março e 66/2020, de 4 de novembro. A proposta, para ser submetida à Assembleia Municipal, consubstancia-se na percentagem de 5 %. O Senhor Presidente referiu que é necessário haver coerência e manter o equilíbrio, porque o Município precisa de receitas. Assim, dado que as percentagens de IMI aprovadas foram as mínimas e nem sequer foi elaborada proposta de lançamento de Derrama porque é zero, propõe-se que a proposta de participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município seja fixada em 5 %.

Esta proposta não vai afetar os munícipes com uma situação económica mais débil, dado que estas pessoas nem sequer descontam IRS e só vai afetar aqueles cujos rendimentos atingem um nível suficiente para descontar IRS.

O senhor Vereador Luís Miguel Duarte referiu que com a taxa de IMI no mínimo e as deduções do IMI no máximo previsto na Lei, não faz sentido que se proponha a percentagem máxima de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município. “É o mesmo que dar com uma mão e tirar com a outra.”

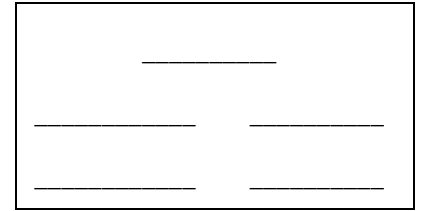
O Senhor Presidente referiu que é necessário que o Município tenha capacidade financeira para o apoio social aos mais necessitados, principalmente neste contexto de pandemia.

O Vereador José Filipe perguntou quais os valores em causa, por exemplo em relação à derrama e ao IRS.

O Senhor Presidente respondeu que o IRS anda por volta dos 160 000,00 € e o montante relativo à derrama anda à volta dos 30 000 €.

O Senhor Vereador José Filipe referiu que na sua opinião a receita do IRS devia ser canalizada para despesas de capital e não para despesas correntes e que só aprovará esta proposta nessa condição. Disse que já há muitos anos que esta taxa é de 5 % e que acha muito bem tudo o que seja em prol do Município. “Este ano é para os apoios sociais devido à Covid-19 mas nos outros anos esta receita tem sido gasta em despesas correntes.” Na sua opinião estas verbas devem ser canalizadas para despesas de capital, para benfeitorias duradouras no Município.

O Senhor Presidente referiu que o Município desde sempre aplicou esta taxa de 5%, isso é verdade, perguntando ainda se o Senhor Vereador José Filipe acha que por exemplo, a oferta de livros escolares é um bom investimento, ao que o Senhor Vereador respondeu que sim e perguntou qual o montante. O



Senhor Presidente respondeu que foram cerca de 35 000,00 € (trinta e cinco mil euros). O Senhor Vereador José Filipe referiu que o valor do IRS é de 160 000,00 € (cento e sessenta mil euros).-----

O Senhor Presidente acrescentou que seria muito fácil “por os impostos todos a zero no último ano de mandato. Contudo, numa atitude de responsabilidade e coerência, não o fazemos”.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse que só não concorda com o facto da receita do IRS não ser afeta a despesas de capital. -----

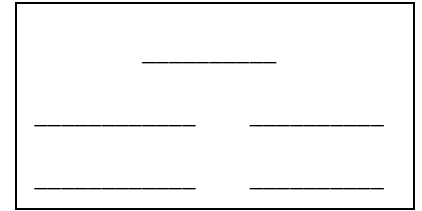
O Senhor Presidente respondeu que dos 14 Municípios do Alentejo Central, só três é que têm redução da taxa de participação no IRS. Em relação ao IMI, disse que além de Viana do Alentejo só Portel é que tem as taxas mínimas e os descontos no máximo. -----

Ainda em relação ao IMI, comparando com outros Municípios, o Senhor Presidente disse que deixamos de receber 213 000,00 €, (duzentos e treze mil euros) de imposto face ao Alandroal, recebemos menos 160 000,00 €, (cento e sessenta mil euros) que o Município de Borba e menos 150 000,00 €, (cento e cinquenta mil euros), que o Município de Mourão.” Não podemos perder receita em todos os impostos, o único que temos para compensar é o IRS.” -----

O Senhor Vereador José Filipe respondeu que não diz o contrário e que só acha que a afetação desta verba devia ir para capital, e não para despesas correntes, não lhe tendo o Senhor Presidente ainda respondido. Quanto ao pormenor de afetação da receita proveniente do IRS às despesas de capital, o Senhor Presidente disse que tal não é possível uma vez que a receita entra como um todo e não se pode separar a receita do IRS, da restante. Já houve uma situação em que foi necessário transferir dinheiro de correntes para capital mas não se pode dizer concretamente se foi o dinheiro do IRS. “Essa Divisão é teórica.” Continuou o Senhor Presidente referindo que a divisão que o Sr. Vereador José Filipe sugere é como se o banco tivesse o dinheiro dele à parte do dinheiro das outras pessoas, revelando no mínimo um desconhecimento de gestão. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz respondeu que na sua opinião despesas correntes são diferentes de despesas de capital. A questão objetiva que colocou e que ainda não lhe foi respondida é a seguinte: “em termos de autofinanciamento em investimento em capital, o que é que foi suportado pelo Município nestes últimos anos?” -----

O Senhor Presidente referiu que começa a concluir que o Senhor Vereador José Filipe não lê os documentos, exemplificando com uma questão já referida anteriormente e que a resposta a essa questão estava na página 65 dos documentos de prestação de contas, que certamente o Senhor Vereador José Filipe Cruz não leu. A informação que o Senhor Vereador José Filipe solicitou, está mesmo na página 65 desses documentos. Continuou o Senhor Presidente referindo que nos mapas da Prestação de Contas, por exemplo, está toda a informação que o Senhor Vereador José Filipe refere. Nos mapas que estão



disponíveis está indicado para cada projeto, o montante de despesa total, o montante elegível, o montante de comparticipação e o que foi gasto pelo Município. Se retirarmos o montante relativo aos empréstimos bancários que está no respetivo mapa, sabemos quanto foi a parte autofinanciada pelo Município. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que é importante que estas questões sejam melhor explicadas, não só para ter resposta, mas para que todos os munícipes percebam estas questões claramente, daí que devia haver um mapa resumo em que isto fosse visível. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador continua a pensar na teoria, em vez de analisar a informação que está disponível, achando que esta questão é um preciosismo. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz respondeu que se é um preciosismo dele pede então desculpa, tendo o Senhor Presidente referido que não tem nada que pedir desculpa. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz respondeu que o que pretende é objetividade, considerando que não é um preciosismo. -----

A este propósito o Senhor Presidente referiu que o melhor é colocar a questão ao Dr. António Pimentas. –

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, questionou sobre a razão para a isenção da derrama em 2021. ----

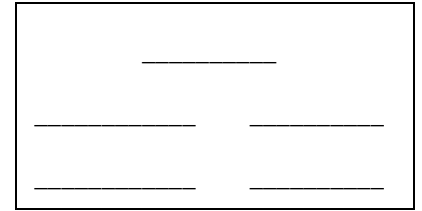
O Senhor Presidente respondeu que não estava a perceber as perguntas dos Vereadores recordando que a isenção da derrama faz parte das medidas de apoio aos empresários. -----

-O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte referiu que se este ano a participação no IRS fosse 2% ou 3% era uma ajuda às pessoas, sendo este ano a primeira vez que estamos a enfrentar a pandemia provocada pela doença Covid-19. -----

O Senhor Presidente respondeu que nos mandatos da CDU a taxa da derrama estava no máximo e o IMI também não estava no mínimo, pois o mínimo era 0,2% e a CDU tinha a taxa a 0,3% . Acrescentou que a posição do Senhor Vereador Luís Miguel tem que ver com a circunstância de ser oposição pois já teve opinião diversa nos mandatos da CDU. Recordou então que na sessão da Assembleia Municipal realizada a 18 de setembro de 2009 “o membro Luís Miguel Duarte disse não compreender como é que o Partido Socialista propõe a abolição da derrama, a redução das taxas de IMI e a isenção do pagamento dos stands. Perguntou aos membros eleitos por essa força política onde pensam arranjar receitas se um dia ganharem a Câmara.” -----

O Senhor Presidente referiu ainda que as taxas do IMI já estão no mínimo há algum tempo. Não foi só este ano por causa da pandemia. No entanto não podemos ter os impostos todos no mínimo. -----

O Senhor Presidente referiu ainda, por último, que o que pretende em relação ao IRS é redistribuí-lo, é um imposto das autarquias. Referiu ainda que o PCP/CDU defende que as autarquias não devem baixar este imposto, mas que os Senhores Vereadores entendem de maneira diferente. -----



O Senhor Vereador José Filipe voltou a referir que não está em causa a redução da taxa do IRS, mas sim a aplicação do mesmo, ou seja, essa receita quando entra, entra em receitas correntes. “Será possível transferi-la para receitas de capital?” -----

Nesta altura foi solicitada a intervenção do Dr. António Pimentas, sobre a questão da afetação das receitas. Este referiu que o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP encaminha-se no sentido de se saber a proveniência das verbas afetas a cada despesa, ou seja, saber as fontes de financiamento. -----

No entanto atualmente é quase impossível de saber qual a fonte da receita que permite afetar verba a determinada despesa. Por exemplo quando vêm as receitas dos fundos comunitários elas devem ser afetadas às despesas respetivas. Mas o que acontece na prática é que quando vem a receita a despesa já está quase totalmente realizada. Se o Município não pagasse essa despesa com verbas do seu orçamento não realizava a obra. Saber as fontes de financiamento de cada projeto, atualmente é quase utópico de ser realizado, embora se eteja a caminhar para lá com o novo SNC-AP, sendo difícil de lá chegar. No entanto, com o POCAL não se consegue mesmo, pois como se costuma dizer “o dinheiro não tem chocalho”. Continuou, referindo que a receita pode entrar em correntes mas não quer dizer que não possa ser gasta em capital. -----

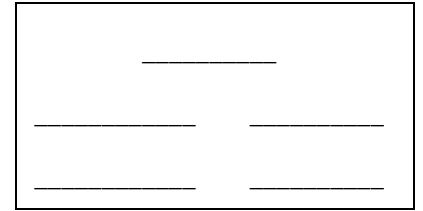
O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que de acordo com a informação do técnico é difícil saber as fontes de financiamento e por conseguinte, saber em que foi gasto o dinheiro do IRS, no entanto o executivo pode dar um esclarecimento aos munícipes onde esse dinheiro foi efetivamente gasto. -----

O Senhor Presidente referiu que também acha que se deviam conhecer as fontes de financiamento de cada despesa, saber a que se destina toda a receita, não só a do IRS. Contudo, na prática isso não é possível, não é essa a realidade. Referiu concordar com a teoria do Senhor Vereador José Filipe, que em teoria é bonito saber as fontes de financiamento, mas constitui um “descolanço da realidade”, como confirmou o técnico António Pimentas. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que não sabe se é “um descolanço da realidade” e voltou a dizer que o executivo pode perfeitamente identificar onde aplica a receita do IRS. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel disse que se comparou o IRS com o IMI, mas ele comparou com a derrama e é da opinião que a participação do Município no IRS, neste ano excecional, não deve ser a máxima, para ajudar as pessoas. -----

O Senhor Presidente referiu que as pessoas que mais precisam não são aquelas que iriam ser beneficiadas com a descida da taxa de IRS, uma vez que não têm rendimentos para descontar IRS. -----



O Senhor Presidente concluiu referindo que se o executivo não cobrar impostos não terá capacidade para ajudar ninguém, dando o exemplo das Misericórdias que precisam muito de apoio. Afirmou o Sr. Presidente que pretende redistribuir a receita do IRS por quem mais precisa. -----

Esta proposta foi aprovada com três votos favoráveis e as abstenções dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz. -----

Ponto vinte e três) Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Nos termos da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade, para submeter à Assembleia Municipal, fixar em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação atual. -----

O Senhor Presidente disse que se trata de um valor quase insignificante, por volta de 1 000,00 € (mil euros).

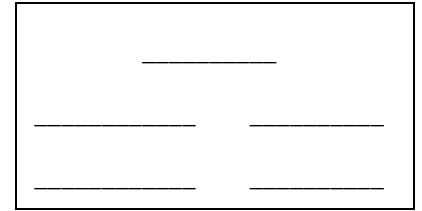
Ponto vinte e quatro) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de delegação no senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos compromissos plurianuais nas situações previstas no n.º 3

do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), na atual redação – Foi aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz a proposta apresentada pelo senhor Presidente de pedido à Assembleia Municipal de delegação da competência no senhor Presidente da Câmara para autorizar a assunção dos compromissos plurianuais nos casos em que os mesmos não ultrapassem, em cada ano, o montante de 99 759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Foi aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz a proposta apresentada pelo senhor Presidente de pedido à Assembleia Municipal que conceda autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou para a sua reprogramação nos casos em que essa reprogramação não implique aumento de despesa, relativamente a Projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, incluindo a realização de Empreitadas e relativamente a despesas relativas a fornecimento de gás, fornecimento de gasóleo, fornecimento de energia elétrica em baixa tensão e prestação de serviços de seguros. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de Aprovação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano 2021- 2025 (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais)

e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025 – O senhor Presidente começou por referir que estes documentos têm uma componente técnica e uma componente política. A componente técnica é relativa às regras a respeitar, na qual há a considerar a nova legislação implementada, no âmbito do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP, que veio substituir o



POCAL – Plano Oficial de das Autarquias Locais. Com esta legislação pretende-se a convergência das práticas em todo o setor público e também que seja possível avaliar os ativos e os passivos no setor público, bem como a comparação com os sistemas de outros países europeus. A componente política deverá refletir as principais ações e projetos do Município a implementar durante os próximos anos. Trata-se dos últimos documentos preparados por este Executivo, dado que a lei impõe o limite de três mandatos, ou seja, doze anos. Uma vez que começaram em 2009, em 2021 a Câmara terá um novo Executivo Municipal. -----

Quanto ao Orçamento propriamente dito, o Sr. Presidente começou por referir que o ano de 2021 é um ano de muita incerteza e muita indefinição a vários níveis. É ainda um ano de pandemia COVID-19, o que se irá refletir nas ações do Município dos próximos anos. -----

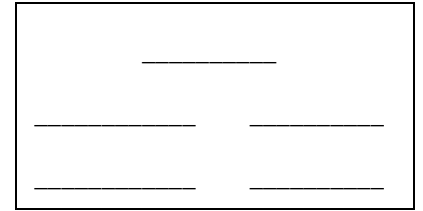
Mais concretamente, referiu que o montante do Orçamento é de 11 042 452,00 € (onze milhões quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e dois euros), cerca de 11 % superior ao do ano passado, fruto de alguns investimos. Os três principais projetos são: -----

- Centro Social de Aguiar, que já está a decorrer; -----
- Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora d’Aires; -----
- Requalificação da Escola Isidoro de Sousa, prevê-se o arranque deste projeto. -----

O Senhor Presidente referiu que estes são os nossos três maiores projetos, que naturalmente há outros projetos preparados, mas que tendo em conta o momento do Quadro Comunitário de Apoio, não deverá haver mais financiamentos até ao próximo ano. Disse que foi necessária muita prudência na elaboração dos documentos, pois continuamos a ser afetados pela pandemia provocada pela doença COVID-19. Disse também que houve ainda constrangimentos de várias ordens, nomeadamente os referidos no parecer da Associação Nacional de Municípios - ANMP, que nos continuam a prejudicar: -----

- IVA dos transportes e da iluminação pública que passou de 6% para 23 % há já alguns anos. A este propósito, o parecer da ANMP já referido, é no sentido de ser repostos em 6%; -----
- Não houve transferência de verbas para compensar os Municípios pelo acréscimo de custos com os transportes escolares, no entanto devido ao desfasamento de horários por causa da pandemia, aumentou precisamente a quantidade de transportes escolares necessária; -----
- O Estado não compensa os Municípios pelas isenções que decide; -----
- Aumento da taxa de gestão de resíduos, que o governo não quer alterar, tendo-se verificado um aumento brutal na taxa de resíduos, deste ano para o ano que vem; -----

O Senhor Presidente referiu que o Município está preparado para desenvolver as atividades que já vinha desenvolvendo, dependendo o retomar das atividades da evolução da situação da pandemia provocada pela COVID-19; -----



De referir ainda que o Mapa de Pessoal teve um aumento substancial de postos de trabalho devido à integração do pessoal que estava em condições de precariedade. O Mapa de Pessoal é muito dinâmico pois está sujeito a alterações devidas ao elevado número de aposentações, bem como a diversas situações de mobilidade. Tem-se verificado uma melhoria das condições de trabalho e conseqüentemente uma melhoria das condições de vida das pessoas, um bom contributo para a economia local. -----

Vai ser um ano de muita exigência, muito trabalho, em que se fará o que se tem feito sempre, com muita determinação, perseverança e perspetiva positiva porque temos uma quantidade de projetos quer materiais, quer imateriais, de futuro, porque encaramos o futuro com otimismo moderado, mas com otimismo. Participamos em muitas parcerias, temos muitos projetos, muitos deles demoram muitos anos a dar frutos, mas estamos convencidos que a maioria deles contribuirá para um futuro melhor do nosso concelho. -----

Vamos tentando manter, o mais possível, a situação financeira do Município equilibrada, o ano passado fechámos o ano sem ter pagamentos em atraso, com um prazo médio de pagamento de menos de um mês. Portanto apesar de todos os condicionalismos tentamos manter o Município com a situação financeira equilibrada, pois só assim é possível ter capacidade de resposta para apoiar os que mais precisam. -----

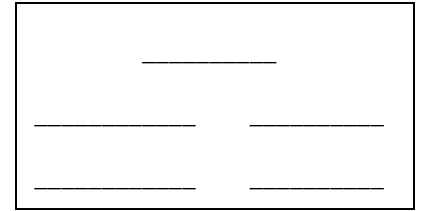
O Senhor Presidente voltou a referir a grande quantidade de projetos em que o Município está envolvido, e referiu-se ainda às propostas apresentadas pela CDU, tendo presente que algumas delas coincidem com os objetivos do Executivo, que por isso está a trabalhar nelas, como é o caso da ampliação das zonas industriais, da retirada do amianto, da ciclovia, entre outras. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que no caso do Gabinete de Apoio às Associações, embora não exista um Gabinete formalmente criado, o Município tem pessoas na Divisão de Desenvolvimento Social e Humano (DDSH) afetas ao movimento associativo. -----

O Senhor Presidente referiu ainda a abertura do Executivo Municipal para caso haja disponibilidade, independentemente das propostas serem ou não da oposição, poderem ser incluídas na gestão do Município, durante o ano de 2021. Vai-se continuar, como até aqui, a fazer o que se pode e sabe para melhorar a qualidade de vida dos munícipes. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte considerou que houve algum enquadramento das propostas dos Vereadores da oposição nas propostas do Executivo. No entanto, entre os projetos que não foram considerados, alguns eram importantes para o Município, como por exemplo os seguintes: -----

- Um terminal rodoviário em Viana do Alentejo, para dar movimento ao Concelho, estabelecendo protocolos com algumas Redes de Expressos, para não haver os habituais constrangimentos de trânsito na Rotunda do Rossio, tirando dali os autocarros que deixam o trânsito entupido, arranjando um local



apropriado para isso. Poderiam passar por aqui alguns dos expressos para Lisboa ou para o Algarve. Juntando tudo num local apropriado, facilitava a vida aos munícipes. -----

- O Bairro Social em Aguiar deveria ser uma das prioridades pois é um projeto importante, embora não sendo fácil (pois se fosse fácil já tinha avançado); -----

- A natação para os mais jovens é importante na medida em que contribui para o desenvolvimento motor das crianças, por isso é importante um projeto nessa área, as crianças são o futuro do Concelho; -----

- A questão das zonas industriais, também é importante, infelizmente, atualmente com menos pressa de ser resolvida. Tal como a Câmara, também os empresários estão muito mais contidos em termos de investimentos, contudo é necessário preparar o futuro, na perspetiva de vir a acontecer a tão esperada retoma da economia. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel referiu-se ainda à ciclovia, tendo dito que esse foi um projeto que ele deixou concluído e candidatado quando esteve nesta casa e que gostaria de ver executado tal como o deixou: uma ciclovia mais completa, em vez daquele bocadinho que foi feito. Sabe que não se pode fazer tudo, mas estamos a falar de verbas que não são assim tão grandes e que podiam ter sido candidatas. Acrescentou que embora isso não tenha acontecido, é bom saber que estas coisas foram contempladas, mantendo a esperança de as ver um dia realizadas; -----

O Senhor Presidente respondeu que em relação às zonas industriais, estão a trabalhar no assunto, mas que depois o Senhor Vereador João Pereira clarificará melhor. -----

O senhor Presidente disse que a natação é uma questão que tem de ser articulada com o Agrupamento de Escolas. No último ano o pré-escolar tinha natação, quanto ao 1.º ciclo, não encontramos uma plataforma para se concretizar dentro do horário escolar, não foi possível a respetiva participação por dificuldades de logística, uma vez que os autocarros demoram 40 minutos a ir às Alcáçovas e voltar e não conseguem levar os miúdos de Viana e de Aguiar. No entanto é uma hipótese que está sempre em aberto. -----

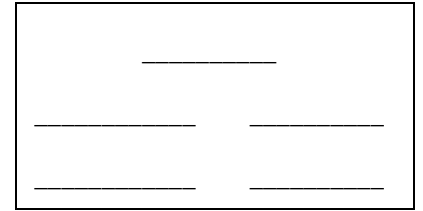
Quanto ao projeto da Ciclovia, o mesmo não avançou porque não há financiamento europeu uma vez que o projeto sai do perímetro urbano. Aquele bocado da rotunda até ao cemitério custou 150 000, 00 € (cento e cinquenta mil euros), o projeto completo era dar a volta pela Sr.ª d'Aires, por isso foi necessário tomar opções. Sem financiamento era impossível executar o projeto. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, questionou sobre quais os projetos concretos para 2021. -----

O Senhor Presidente respondeu que estão na página 18 dos Documentos Previsionais -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntou quais são os projetos novos. -----

O Senhor Presidente respondeu que são as 15 candidaturas a fundos comunitários que lá estão. A Requalificação da Escola vai começar em 2021 e o Centro Social de Aguiar vai terminar em 2021. -----



O Senhor Vereador José Filipe respondeu que quer saber quais os projetos novos designadamente as Zonas Industriais. “O que estão a pensar adquirir para ampliação das zonas industriais?” -----

O Senhor Presidente respondeu que o Senhor Vereador João Pereira vai responder, porque é ele que está a acompanhar o processo. “O Senhor Vereador José Filipe está a perguntar o que vão fazer em 2021, é muita coisa, são os projetos que estão inscritos no orçamento.” -----

O Senhor Vereador José Filipe disse que estão a falar do orçamento, pelo que nele devem estar contemplados os investimentos que vão fazer em 2021. -----

O Senhor Presidente respondeu que o Senhor Vereador João Pereira a seguir dará conhecimento do ponto de situação da Zona Industrial de Alcáçovas, mas que o Orçamento “não é fechado.” -----

A Zona Industrial de Aguiar está numa fase de negociação com a Senhora e se ela disser que vende por uma quantia dentro das possibilidades do Município, compra-se o terreno, independentemente de estar já referido no orçamento. O Senhor Presidente já tinha dito no início que as Zonas Industriais estão a ser tratadas.-----

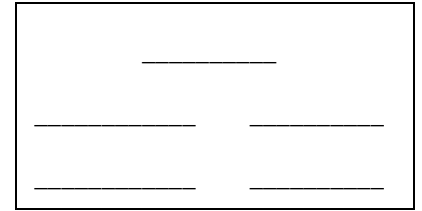
O Senhor Vereador José Filipe referiu que está preocupado, porque desde março de 2015 que o PDM-Plano Diretor Municipal está aprovado para as Zonas Industriais e 5 anos depois ainda não as temos. O Senhor Vereador José Filipe acha que devia ser a prioridade das prioridades, na sua opinião. “Quando já vimos que felizmente há uma empresa em Alcáçovas com nível de empregabilidade, quando houve duas que infelizmente encerraram, que ela teve de adquirir porque não há lotes disponíveis para o efeito, não haver uma preocupação acrescida, para a resolução do problema, é por isto que é a sua preocupação e a sua aflição.” -----

O Senhor Vereador José Filipe referiu que se explicam ao pormenor as atividades do Município no orçamento, acha que era extremamente elucidativo para as pessoas que ouvem a reunião terem a noção em termos de despesas correntes e em termos de despesas de capital qual é a receita, qual é a origem da receita corrente e em que rubricas é que é gasto ou a que rubricas se destina das despesas correntes, porque nunca há esta perceção. Falaram na generalidade e como o Senhor Presidente disse, vamos ter 10 milhões de euros, mas estamos a falar da globalidade e ele gostava que houvesse uma especificidade desta situação para que todas as pessoas, todos os munícipes, conseguissem entender efetivamente o orçamento. -----

O Senhor Presidente respondeu que os mapas estão no Documento. -----

O Senhor Vereador José Filipe respondeu que também tem os mapas da atividade da Câmara e levaram uma hora a dizer aquilo que era a informação da atividade da Câmara, a explicar pormenor por pormenor. “Umás coisas explicamos ao pormenor, apesar de termos os mapas”. -----

O Senhor Presidente perguntou qual era a proposta concreta do Senhor Vereador José Filipe. -----



O Senhor Vereador respondeu que pretendia que o Orçamento fosse explicado, porque as pessoas que podem estar a ouvir não consultam os mapas e não têm a perceção das verbas. -----

O Senhor Presidente aconselhou o Senhor Vereador José Filipe a pedir a ajuda do Dr. Pimentas para esclarecer as dúvidas que tem uma vez que essas dúvidas não são perceptíveis. -----

O Dr. Pimentas referiu que não compreendia a dúvida do Senhor Vereador José Filipe. -----

O Senhor Presidente respondeu que se trata de um documento técnico e que o que o Senhor Vereador José Filipe está a pedir, não existe. -----

O Senhor Vereador José Filipe respondeu que existe e perguntou objetivamente qual é o total das receitas correntes que estão orçamentadas para 2021 e qual é a origem dessas receitas. Em termos de despesas correntes qual é o total das despesas correntes e em que rubricas é que são afetadas essas despesas, “entendeu-se assim, ou não?” Quem diz em despesas correntes, diz em capital, a mesma coisa. -----

O Dr. Pimentas referiu que em termos de receita, as receitas estão todas divididas no orçamento da receita, isso é a origem da receita, que depois vai ser diluída no orçamento da despesa. A questão é mesma de há pouco, sobre a “consignação” das receitas (afetar cada receita a determinada despesa). -----

O Senhor Vereador José Filipe respondeu que não, quer saber por exemplo, qual é a receita de impostos em receitas correntes? O total das receitas vem do quê, vem de impostos? Qual é o total de receitas correntes? -----

O Senhor Presidente respondeu: 6 716 585,00 € (seis milhões setecentos e dezasseis mil quinhentos e oitenta e cinco euros). De impostos são 681 750,00 € (seiscentos e oitenta e um mil setecentos e cinquenta euros), está tudo na página 13 dos Documentos Previsionais. -----

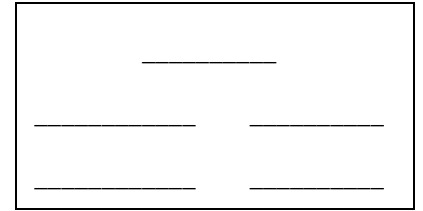
O Dr. Pimentas referiu que as receitas correntes estão divididas em: Impostos Diretos; Taxas, Multas e Outras Penalidades; Rendimentos de Propriedade; Transferências Correntes; Venda de Bens e Serviços Correntes; Outras Receitas Correntes. (página 13). -----

O Senhor Vereador José Filipe referiu que por exemplo nas rubricas de despesas correntes devia explicar a previsão de gastos com eletricidade, transportes. -----

O Senhor Presidente e o Dr. Pimentas, referiram que está tudo nos Documentos apresentados. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte achou que deveria ser feito um resumo do orçamento para as pessoas perceberem por exemplo quanto se gasta em transportes, eletricidade, bem como os montantes que se gastam com as obras mais importantes, para esclarecer quem não vai folhear o documento. -----

O Senhor Presidente referiu que é melhor o Senhor Vereador José Filipe explicar por escrito o que pretende, para depois se preparar o que for solicitado. Não se pode comparar com a atividade da Câmara que é um ponto comum a todas as reuniões. O Dr. Pimentas esclarece questões técnicas, o que se pretende é informação política. Dado que os Documentos Previsionais ficam disponíveis no site do Município,



também é possível à oposição trabalhar a informação e produzir o documento que irá esclarecer as pessoas. O Senhor Presidente está recetivo a propostas que façam sentido pois o Senhor Vereador José Filipe coloca muitas questões teóricas que depois na prática não fazem sentido. -----

O Senhor Vereador José Filipe respondeu que as perguntas feitas são muito simples: "Quanto é que se tem de despesas correntes em 2021? Qual é a dúvida de dizer que são 6 520 884,00 € (seis milhões quinhentos e vinte mil oitocentos e oitenta e quatro euros) e especificar em que rubricas se subdividem?" -----

O Senhor Presidente respondeu que os documentos foram produzidos de acordo com o que é obrigatório e estão no site, pelo que se o Vereador José Filipe quiser pode apresentar proposta por escrito. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel referiu que o que o Senhor Vereador José Filipe pediu é para esclarecer as pessoas que ouvem a reunião. Não se está a pôr em causa as contas, porque até os Vereadores têm dificuldade em analisar o documento apresentado, até o Presidente tem de pedir o apoio do Dr. Pimentas. Assim, sugere que de futuro se faça um resumo das partes mais importantes, incluindo as obras a realizar.

O Senhor Presidente respondeu que não entendeu o que o Senhor Vereador José Filipe quer, sugerindo que os dois Vereadores da oposição conversem e apresentem uma proposta por escrito sobre o que pretendem. -----

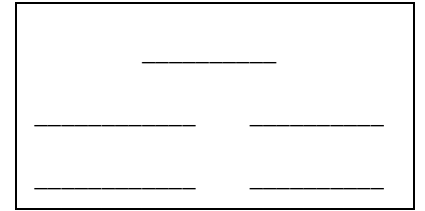
O Senhor Vereador João Pereira informou ainda o seguinte sobre as áreas que mais diretamente estão sob a sua responsabilidade: -----

"- No que se refere à Zona Industrial de Aguiar, soubemos que o proprietário do terreno, previsto em PDM para esse efeito, estava a negociar com um particular de Viana para adquirir o referido terreno e promover a instalação de uma zona industrial. Esse processo gorou-se, tivemos uma reunião com o proprietário e perguntámos quanto queria pelo terreno, estamos a aguardar que apresente uma proposta formalmente para ver se é possível ou não adquirir o terreno." -----

"- Na Zona Industrial de Alcáçovas existem atualmente quatro lotes disponíveis que podem ser colocados, dentro de algum tempo, no mercado para os empresários adquirirem. Temos o projeto da nova parte da Zona Industrial de Alcáçovas, que estará concluída dentro de 3 ou 4 meses dependente de uma pequena revisão ao Plano Diretor Municipal que estará concluída dentro de 3 ou 4 meses e que tem a ver com a legislação e com os parâmetros dos novos lotes, que vão aparecer no alargamento da Zona Industrial de Alcáçovas e com a área de estacionamento. Quanto aos quatro lotes disponíveis, havia terrenos que estavam afetos a outros usos e vão ser afetos à instalação de empresas." -----

O Senhor Presidente perguntou para quando está prevista a disponibilização desses terrenos. -----

De acordo com a informação do Arquiteto Rodolfo, falta só a publicação num jornal local e a seguir pode-se publicar o concurso, referiu o Senhor Vice – Presidente. -----



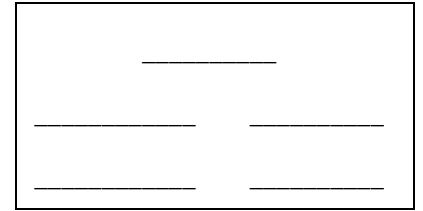
Em relação à Zona Industrial de Viana, tem ainda lotes disponíveis, pelo que ainda não foram feitas diligências para um eventual alargamento. -----

- No que se refere ao Bairro Social de Aguiar, o Senhor Vereador João Pereira informou que este processo não tem sido fácil, estão a trabalhar nele a fundo, mas já se “vê luz ao fundo do túnel”. O terreno já pertence à Câmara, os lotes estão individualizados e cada lote vai ter um artigo. Ao mesmo tempo estamos a trabalhar noutra vertente: o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tem um programa a nível nacional com muitos milhões que é para habitação. O nosso Município aderiu, já teve uma reunião com o Presidente do IHRU, sobre a situação e estamos a delinear uma estratégia: está uma empresa a fazer o levantamento da Estratégia local de Habitação. É um documento produzido por especialistas em que se vão referir os pontos fracos da habitação no Concelho, sendo que o mais fraco é o de Aguiar. Quando o notário fizer a divisão dos lotes em termos de caderneta, arranjar-mos forma através de um regulamento e através do Gabinete Jurídico de identificar os proprietários dos lotes e são os proprietários que fazem a candidatura ao IHRU que vai explicar como funciona. Os agregados familiares que tiverem baixo rendimento vão ter financiamento a 100%. Ainda se vai decidir se a Câmara vai fazer um projeto tipo. Não é um processo fácil. -----

Seguidamente o Senhor Vereador João Pereira perguntou aos senhores Vereadores da oposição, quando falam da recuperação da Estrada de Santa Catarina em colaboração com a Câmara de Alcácer de modo a que seja possibilitado o trânsito a pesados, a que se referem concretamente, tendo o Senhor Vereador Luis Miguel respondido que é ao piso e ao alargamento. -----

O Senhor Vereador João Pereira informou que o piso da Estrada de Santa Catarina, foi recuperado. Quanto ao alargamento da estrada trata-se de um projeto mais complicado, devido ao elevado custo deste tipo de obras. Informou ainda que no tempo do anterior Executivo esta estrada não foi arranjada porque não era estrada municipal. Atualmente já foi possível fazer a intervenção a nível do piso. Quanto ao alargamento, voltou a referir que é uma obra que não pode ser financiada pelo Município. O Senhor Vereador João Pereira mostrou fotografias elucidativas de que a estrada já está consideravelmente melhorada e que o anterior executivo não quis intervir porque considerava que a Estrada de Santa Catarina não era municipal, estando agora a oposição a exigir uma intervenção que não pode ser feita pelo Município. O Senhor Vereador Luís Miguel achou que o Senhor Vereador João Pereira não respondeu à questão, mas aproveitou para fazer campanha. A proposta era fazer uma parceria com o Município de Alcácer do Sal para continuar o trabalho que já foi feito. -----

O Senhor Vereador João Pereira respondeu que o alargamento é muito complexo, moroso e muito dispendioso. Achou que o Senhor Vereador Luís Miguel Duarte mudou de opinião em relação a 2009. Naquela altura a estrada não era da responsabilidade da Câmara, e agora passou a ser. -----



A proposta não é séria porque não é possível com o orçamento da Câmara fazer obras de tão grande envergadura. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel respondeu que o Senhor Vereador João Pereira deturpou a proposta que foi feita, o que se pretendia era arranjar a parte da estrada que não foi ainda intervencionada, com a parceria da Câmara vizinha. Tem a noção que custa muito dinheiro, não quer dizer que se faça tudo de uma vez. A Câmara também fez uma parceria com a Câmara de Alvito, relativamente à estrada de Viana – Vila Nova da Baronia. -----

O Senhor Vereador João Pereira acha que é possível intervir a nível do piso, o que estranha é o Vereador Luís Miguel falar em alargamento, que é uma obra difícil, morosa e complicada. Além disso no tempo do anterior executivo achava que a estrada não era da responsabilidade do Município e agora já acha que é, mudou de opinião e acha que a Câmara tem obrigação de fazer o alargamento da estrada. -----

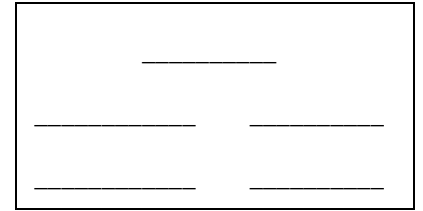
O Senhor Vereador Luís Miguel respondeu que o Senhor Vereador João Pereira continua a deturpar a proposta feita, as palavras que disse e até a dizer que disse aquilo que na verdade não disse. Não pode dizer que mudou de opinião, foi apenas uma proposta, não disse que a Câmara tem obrigação. O Senhor Vereador João Pereira não o conhecia a sua opinião e não sabe o que pensava nessa altura, depois verá se mudou de opinião.-----

O Senhor Vereador João Pereira disse ainda que foram aceites as propostas da oposição que são exequíveis e que esta não é uma delas. -----

Este ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2021 – Em relação ao Mapa de Pessoal para 2021 foi mais uma vez referido que se verificou um aumento elevado do número de postos de trabalho aquando da integração das pessoas que estavam com vínculos precários. A partir daí as oscilações são devidas às numerosas aposentações e a algumas situações de mobilidade, quer para outras entidades, quer para o Município. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel questionou sobre a abertura do concurso para ocupação do posto de trabalho de Veterinário Municipal. Foi informado que inicialmente surgiu uma dúvida sobre se a responsabilidade de abertura do procedimento concursal seria da responsabilidade do Município ou da Direção Geral de Veterinária que comparticipa o vencimento dos veterinários municipais em 40%, de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio). Aquela entidade esclareceu que o procedimento concursal é da responsabilidade do Município. No fim do procedimento é necessário informar quem foi a pessoa admitida, para os efeitos constantes naquele diploma. -----



O Senhor Presidente informou ainda que as tarefas relativas às funções do Veterinário Municipal têm estado a cargo de um veterinário com prestação de serviços em regime de avença, pelo que todo o serviço tem sido assegurado. -----

O Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2021, foi aprovado com três votos favoráveis e as abstenções dos senhores Vereadores Luís Miguel Duarte e José Filipe Cruz. -----

Ponto vinte e oito) Proposta de não aceitação, em 2021, das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação) – A Câmara deliberou por unanimidade não aceitar, em 2021, as competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro relativas à área da Educação. -----

Ponto vinte e nove) Proposta de não aceitação, em 2021, das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde) - A Câmara deliberou por unanimidade não aceitar, em 2021, as competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro relativas à área da Saúde. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte dirigiu a todos os que foram afetados pela Pandemia, votos de boa recuperação. -----

Todos os membros se associaram ao voto do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, tendo o Senhor Presidente salientado que o Município está sempre disponível para colaborar com todos os que solicitarem o seu apoio, tal como tem vindo a anunciar através das redes sociais. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, A Técnica Superior, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,